



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

**PROCESSO DO ENSINO/APRENDIZAGEM DE
HISTÓRIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA – PB.**

MARIA JOSÉ CARDOSO DA SILVA

CAMPINA GRANDE – PB

2008

Maria José Cardoso da Silva

Processo do ensino/aprendizagem de História nas escolas públicas no município
de Alagoa Nova-PB

Monografia apresentada à Universidade Federal
da Campina Grande - UFCG, para obtenção de
título de Licenciatura em História, sob a
orientação da Prof^ª. Rosilene Dias Montenegro.

Campina Grande-PB

2008

Maria José Cardoso da Silva

Processo do ensino/aprendizagem de História nas escolas públicas no município
de Alagoa Nova-PB

Monografia aprovada em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Rosilene Dias Montenegro - Orientadora

Examinador

Examinador

Campina Grande-PB

2008



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

*“Ninguém educa ninguém,
ninguém se educa sozinho, os
homens se educam em
comunhão”.*

Paulo Freire

Aos meus filhos Ottyele e Kássya
Maria, pelo apoio e compreensão
da minha ausência nas suas vidas
durante a graduação. Dedico.

Agradecimentos

A Deus, que iluminou-me e deu-me forças para chegar até aqui e seguir ainda mais adiante.

Aos meus inesquecíveis pais (in memoriam) Manoel Ferreira da Silva e Felisbela Cardoso de Bruce, que sempre me incentivaram a estudar, mostrando-me que sou capaz. Apesar da ausência, sinto-os bem perto de mim, dando-me forças para atingir meus objetivos e superar às dificuldades.

Ao meu esposo, Jenildo pelo apoio e compreensão.

Aos meus filhos Ottyele e Kassya Maria, que apesar da pouca idade, me dão força nos momentos mais difíceis.

Às colegas da turma, pela amizade construída ao longo do curso.

Aos professores do município de Alagoa Nova-PB, pela contribuição que deram respondendo a nossa entrevista.

Aos mestres do curso de História, pela dignidade e competência que conduziram este curso.

Em especial, a Prof^a Rosilene Dias Montenegro, pela disponibilidade e dedicação em me orientar para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Esta monografia trata do processo do ensino/aprendizagem de História nas escolas públicas no município de Alagoa Nova-PB. A disciplina de História tem uma importante função na grade curricular do Ensino Fundamental e Médio no Brasil. A importância do estudo de História ganha espaço nas instituições escolares como uma disciplina que há muito tempo tem a função de levar aos educandos a compreensão da realidade na qual estão inseridos. Mas, para que isso ocorra com sucesso à formação e o empenho do professor de História são determinantes na qualidade do ensino da referida disciplina. Para efetivar esse trabalho realizamos uma pesquisa de campo com os professores de História e alguns alunos, em duas escolas públicas da cidade de Alagoa Nova-PB, Escola Municipal Violeta Costa de Souza e EEEFM Monsenhor José Borges de Carvalho. Buscamos também fundamentos teóricos em vários pesquisadores que tratam da temática enfocada para entender como tem sido o processo de ensino/aprendizagem de História nas referidas instituições.

Palavras-chave: formação – ensino/aprendizagem de História

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I – O ENSINO DE HISTÓRIA	08
1.1 Breve histórico do ensino no Brasil.....	08
1.2 Ensino de História no Brasil.....	11
1.3 A formação do professor de História.....	15
1.4 Livros didáticos.....	22
1.5 A importância do estudo de História.....	17
CAPÍTULO II – CONCEPÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NA VISÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB.....	25
2.1 Caracterização da pesquisa.....	25
2.2 Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa.....	26
2.3 Apresentação e análise dos dados.....	27
2.3.1 A entrevista com os professores.....	27
2.3.2 A entrevista com os alunos.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
Referências bibliográficas.....	41
Anexo	
Apêndice	

INTRODUÇÃO

A disciplina de História tem uma importante função na grade curricular do Ensino Fundamental e Médio no Brasil. Assim, a importância do estudo de História ganha espaço nas instituições escolares como uma disciplina que há muito tempo tem a função de levar aos educandos a compreensão da realidade na qual estão inseridos. Mas, para que isso ocorra com sucesso à formação e o empenho do professor de História são determinantes na qualidade do ensino da referida disciplina.

A construção de uma identidade social pelo estudante relaciona-se a prática pedagógica do professor à realidade com que o aluno convive. Aprender história nessa complexidade transforma a estrutura da escola na forma de agir dos alunos, na forma de participação diante dos conteúdos trabalhados nas escolas de públicas.

Diante desse contexto, surge o interesse de investigar qual a concepção de ensino de História para professores e aluno no município de Alagoa Nova-PB.

Para efetivar esse trabalho realizamos uma pesquisa de campo com os professores de História e alunos, em duas escolas públicas da cidade de Alagoa Nova-PB, Escola Municipal Violeta Costa de Souza e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Borges de Carvalho. Buscamos também fundamentos teóricos em vários pesquisadores que tratam da temática enfocada.

Portanto, esta monografia divide-se em dois capítulos: no primeiro buscamos junto à literatura especializada, fundamentos teóricos acerca da problemática do tema, especificamente tratando do ensino no Brasil, bem como, do ensino de História; no segundo capítulo trata da concepção do ensino de História na visão de professores e alunos no município de Alagoa Nova. Na sequência, fechamos com as considerações finais, onde tecemos nossas conclusões a respeito da temática levantada.

CAPÍTULO I

O ENSINO DE HISTÓRIA

1.1 Um breve histórico do ensino no Brasil

O primeiro sistema educacional do Brasil surgiu organizado pelos ensinamentos dos Jesuítas da Companhia de Jesus. Os padres ministravam educação elementar para a população branca e indígena, salvo as mulheres, e a educação média para os homens de classe dominante. Alguns ingressavam para o sacerdócio, educação superior no país, onde poderiam complementar o estudo na Europa, na Universidade de Coimbra.

Contudo, os ensinamentos dos padres jesuítas eram completamente alheios a realidade de vida do Brasil Colônia, já que o principal objetivo da Companhia de Jesus mediante seus ensinamentos era a catequese, isto é, relacionado à questão religiosa. Entretanto, eles colaboraram, sobretudo para uma educação de elite, proporcionando ao Brasil, durante um longo período, uma cultura intelectual alienada e alienante.

Dessa forma, a educação no Brasil quando iniciada pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus, introduziu o pensamento e as idéias dominantes da cultura medieval européia. Os ensinamentos dos jesuítas concentravam-se, principalmente, nas atividades literárias e acadêmicas, formando o homem em letras, porém, sem nenhum espírito crítico e de análise.

Assim, nossa colonização feita por portugueses e espanhóis, povos europeus tradicionais em relação a outras sociedades, reflete nos hábitos aristocráticos de vida do país colônia.

No Reinado de D. José I, a partir de 1759, o Ministro da Colônia Marquês de Pombal, expulsou os jesuítas de Portugal e de seus domínios. Na época, o Reino português, estava com a economia em decadência provocada pela queda da mineração, demonstrava assim descontentamento em relação ao trabalho desempenhado pelos jesuítas, que com seu

fanatismo religioso, proporcionaram grande atraso cultural. Os portugueses, inclusive, o Marquês de Pombal, aderiram às idéias enciclopedistas, anticlericais.

Com a saída dos jesuítas da Colônia, o sistema educacional ficou desprotegido dos ensinamentos, apenas treze depois os jovens formados nos seminários criados e dirigidos pelos jesuítas foram substituindo-os. Na maioria eram filhos da aristocracia rural e atuavam de conformidade com os ensinamentos recebidos, utilizavam-se de palmatórias para que sua autoridade prevalecesse, impondo respeito com base na submissão.

No período em que o ouro foi descoberto, com o mercado da mineração em alta, o Brasil funcionava como a retaguarda econômica da metrópole, podendo-se verificar grande transformação social e política do país. Nessa época outra camada social emergiu, a intermediária, denominada pequena burguesia, formada por comerciantes, burocratas, artesões e profissionais liberais.

Então, essa nova classe intermediária interferiu na evolução política do Brasil monárquico e, principalmente, no período pós-independência, acarretando uma grande mudança no quadro da educação. Passaram a acreditar que a educação possibilitaria a conquista de títulos, os quais seriam de grande importância e significado para eles se firmarem enquanto classe e asseguravam sua posição na sociedade.

A pequena burguesia, ainda que conquistasse seu espaço era dependente da aristocracia rural, detentora do poder político e de grandes áreas de terras. Dessa forma, aliou-se a burguesia européia de ideais liberais, conquistando algumas vitórias políticas como a abolição da escravatura, a proclamação da República e, posteriormente, a implantação do capitalismo industrial.

Durante toda a Monarquia e o Período Regencial, a educação satisfazia as necessidades do país, inserindo os letrados na administração e na política. Com a Constituição de 1891, instituindo o Sistema Federativo do Governo, foi reservado à União o direito de criar instituições de Ensino Superior e Secundário nos Estados e Distrito Federal. O que significa que aos Estados foi delegado somente a competência de prover e legislar sobre a educação primária.

Nesse contexto, a escola tornava-se responsável comprometida pelo crescimento da demanda escolar e em função da complexidade da estrutura social do país daquela época.

Muitas reformas foram implantadas para adequação da escola ao contingente de alunos, no entanto, todas frustradas. Eram reformas que representavam apenas ideais políticos, que não atendiam as necessidades do sistema educacional instaurado.

A partir do reconhecimento do que especifica o processo educacional de modo geral, parece importante o caráter referencial da educação geral daquilo que se passa na educação escolar apropriada como a importância da formação humana, postos em disputa no território social, conforme cada instituição escolar e o currículo escolar.

Outro fator desfavorável era o Federalismo, que dava plena autonomia aos Estados, as desigualdades regionais foram se acentuando. O ensino ficava a mercê das circunstâncias político-econômicas locais. Então, os Estados que possuíam maior poder político e econômico, sobressaiam-se com relação aos outros. Verificava-se, portanto, maior desigualdade sócio-econômica e cultural entre os Estados, impossibilitando a unidade de uma ação pedagógica.

Nas Regiões Sudeste do Brasil, a educação toma impulso em detrimento às demais regiões do país que permaneciam seguindo às tradições de ensino baseadas na época colonial e no regime imperial. Até hoje ainda sentimos a diferença com que é tratada a Região Sudeste em relação às demais regiões do país, principalmente o Nordeste. Os aspectos econômicos, políticos e sociais são mais bem valorizados, e quando a questão refere-se à educação, observamos ainda mais essa diferença, principalmente na valorização do docente.

Nessa perspectiva histórica, a educação no Brasil, somente começou a tomar novo rumo após a Primeira Guerra, onde a escravatura e organização da sociedade sofreram mudanças devido à industrialização. Havia necessidade de estender o ensino a todas as classes, inclusive ao operariado, a fim de que pudesse manusear as máquinas advindas da tecnologia, atendendo às exigências de uma estrutura capitalista de produção, já então instaurada.

Hoje, a política educacional brasileira, ao invés de seguir os princípios civis democráticos, baseados na Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 9.394/96, segue princípios neoliberais e práticas da globalização que se fundamentam na negação dos direitos e valores dos indivíduos como cidadãos, induzindo-os a competitividade e produtividade, estratégia esta essencial para acumulação do capital.

Conforme Fonseca (1995, p. 134), “a nova realidade socioeconômica, política e educacional, vivida por nós, ampliou o debate sobre as relações entre o conhecimento escolar e a acumulação de capital”. Dessa forma, cabe as escolas debater o duplo papel exercido pelas escolas, nesse novo contexto histórico. Papel esse que para Apple apud Fonseca, consiste em:

Por um lado, a escola deve contribuir para o processo de acumulação, produzindo tanto os agentes para um mercado de trabalho hierarquizado quanto o capital cultural do conhecimento técnico/administrativo. Por outro lado, nossas instituições educacionais devem legitimar as ideologias de igualdade e mobilidade de classe, e fazer com que elas próprias sejam vistas de forma positiva por tantas classes e segmentos de classes quanto sejam possíveis (1995, p. 134).

É interessante notar, portanto, que os conteúdos para formação (cognitiva, cívica, moral) dos alunos configuram, em linhas gerais e por reciprocidade um projeto de sociedade futura. Óbvio que socialmente negociado e construído, em suma a análise do livro didático hoje, elenca os temas transversais no caso dos atuais parâmetros curriculares.

1.2 Ensino de História no Brasil

O ensino de História no Brasil, de modo geral, pode ser caracterizado a partir de dois momentos importantes: o primeiro iniciou-se na primeira metade do século XIX, com a introdução no currículo escolar dessa área. Logo após a independência do Brasil, elaborou-se uma História Nacional, com o intuito de criar uma genealogia de nação, com base em uma matriz européia e a partir de pressupostos eurocêntricos.

O segundo momento data das décadas 30 e 40 do século XX, partindo de uma política nacionalista e de desenvolvimento. O Estado também passou a intervir de forma normativa na educação e a partir de então, foram criadas as Faculdades de Filosofia no Brasil, formando professores pesquisadores, consolidando-se uma autônoma produção de conhecimento cultural e científico no país.

Entretanto, foi com a criação do Colégio Pedro II, em 1837 que a História foi incluída na área escolar de forma obrigatória, dentro de um programa inspirada no modelo Francês.

Nessa, predominavam, os estudos literários direcionados para um ensino clássico e humanístico e voltados à formação de cidadãos proprietários e escravistas.

Fonseca (2006, p. 42) ressalta que, foi na reforma pombalina, que a História apareceria mais definida para os estudos superiores, da Universidade de Coimbra, como ‘propedêutica indispensável aos estudos humanísticos, filosóficos, jurídicos e teológicos’. E como ‘subsídio da jurisprudência’. Todavia, com destaque adicional, ela ainda não se constituía autonomamente como disciplina escolar no sistema educacional do império português. Segunda essa autora, a História só veio se constituía como disciplina escolar depois.

A constituição da História como disciplina escolar no Brasil – com objetivos e caracterizada como conjunto de saberes originado da produção científica e dotado, para seu ensino, de métodos pedagógicos próprios – ocorreu após a independência, no processo de estruturação de um sistema de ensino para o Império. Nas décadas de 20 e 30 do século XIX surgiram vários projetos educacionais que, ao tratar da definição e da organização dos currículos, abordavam o ensino de História, que incluía ‘História Sagrada’, a ‘História Universal’ e a ‘História Pátria’. O debate em torno do que deveria ser ensinado nas escolas, e como isso seria feito, expressava, de certa forma, os enfrentamentos políticos e sociais que ocorriam então no Brasil, envolvendo os liberais e os conservadores, o Estado e a Igreja (FONSECA, 2006, p. 42).

Portanto, é apenas a partir daí que a História se constitui como disciplina escolar, servindo aos interesses políticos do Estado, marcada fortemente por uma “perspectiva nacionalista”, além disso, também carregava elementos culturais essenciais que, incorporados, garantiam a consolidação dos laços entre parte da população, no processo de construção das identidades nacionais coletivas.

É nessa perspectiva que a História foi incluída no currículo dividindo espaço com a História Sagrada, a qual tinha o mesmo estatuto de historicidade da História Universal ou Civil, já que ambas estavam para a formação moral do aluno. “Ela dava exemplos dos grandes homens da História, com prevalência para o estudo do espaço do Oriente Médio, berço do monoteísmo, e da Antiguidade Clássica – grega e romana” (PCN – História, 2001, p. 19). A História do Brasil seguindo o modelo da História Sagrada foi acrescentada a esse modelo.

Os objetivos do ensino de História no currículo brasileiro estavam voltados para a idéia do Estado Nacional laico, articulado a Igreja Católica. O Estado brasileiro passava pelo momento de organização política e precisava de um passado que legitimasse a sua constituição. Os conteúdos culminavam com os “grandes eventos” da Independência do Estado Nacional, responsáveis pela condução do Brasil ao destino de ser uma grande nação.

Também foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que produziu vários trabalhos que provocou muitas conseqüências para o ensino de História Nacional. Seus membros lecionavam no Colégio Pedro II e foram responsáveis pela elaboração dos programas e manuais que orientavam os conteúdos a ser ensinado nas escolas públicas. Enquanto nas escolas confessionais, mantinha-se o ensino de História Universal e da História Sagrada.

A primeira proposta de repercussão do IHGB para o ensino de História destacava a contribuição do branco, do negro e do índio na formação da população brasileira. No entanto, mesmo valorizando a idéia de miscigenação racial, ela também defendia a hierarquização que resultava da idéia da raça branca como superior.

Nessa perspectiva, a História era relatada sem transparecer a intervenção do narrador, apresentada como uma verdade indiscutível e estruturada como um processo contínuo e linear que determinava a vida social no presente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN reconhecem a realidade do Brasil como diversa, e as problemáticas educacionais das escolas, das localidades e das regiões como múltiplas. É mais um instrumento de trabalho para o cotidiano escolar. É um documento organizado e duas partes: na primeira parte encontram-se algumas “concepções curriculares elaboradas para o ensino de História do Brasil; características, importância, princípios e conceitos pertinentes ao saber histórico escolar; objetivos gerais para o ensino fundamental; critérios para as escolhas conceituais, métodos, conteúdos e articulações com os Temas Transversais” (PCN – História, 2001, p.15).

Na segunda parte são apresentadas propostas de ensino e aprendizagem para as últimas séries do ensino fundamental, “os objetivos para os ciclos, os conteúdos e os critérios de avaliação. Traz também orientações didáticas nas quais se destacam alguns pontos importantes da prática de ensino, sem esgotá-los. São sugeridos métodos e recursos à reflexão de professores e alunos...” (PCN – História, 2001, p. 15).

Portanto, de acordo com o que sugere esses objetivos gerais, têm-se possibilidades de se confrontar e relacionar fatos passados com a realidade histórica, na qual o aluno está inserido. Assim essa proposta para o ensino de História apresenta reflexões para estimular o debate da área, levando os professores refletirem sobre a presença da História no currículo e a debaterem sobre a contribuição do estudo da História na formação dos alunos.

Nesse sentido, os PCN de História são documentos que têm muito a contribuir com os professores no processo de ensino e aprendizagem, já que considera a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões do país.

Dessa forma, são documentos aliados dos professores de História porque permitem aos educandos o acesso do conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Fonseca (2006, p. 07) faz interessantes reflexões a respeito do ensino de História que podem ajudar o professor em sala de aula, segundo ela:

O estudo do ensino de História pode esclarecer muito mais do que se imagina sobre as questões que envolvem o trabalho de historiadores e de professores, as quais são acumuladas nos cantos das salas de aulas, que atropelam o caminho desses profissionais e que nem sempre podem ser respondidas pela observação direta e pela reflexão sobre o fazer cotidiano. Pensar o ensino de História na sua historicidade significa buscar, se não soluções definitivas, ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar História nas escolas.

Assim, seguindo essa visão da autora é importante pensar o ensino de História e buscar a sua historicidade, com o intuito de se chegar a uma compreensão mais clara sobre o significado de ensinar História hoje nas escolas. A referida autora traz a nossa reflexão a trajetória do ensino de História ao longo do tempo, no Brasil, e as múltiplas faces, expressão da complexidade que o envolve desde a História tornou-se disciplina escolar.

1.3 A formação do professor de História

Nas últimas décadas a formação do professor de História e o cotidiano em sala de aula vêm sendo assunto de discussões em encontros que tratam das questões de educação em nosso país. Nas discussões abordadas sempre estavam e está em debate a necessidade de se repensar na metodologia utilizada pelo professor no sentido de oferecer um ensino mais atrativo que fuja do ensino tradicional tão abominado pelos estudantes na disciplina História.

Dessa forma, o novo paradigma da educação é capacitar o professor para, além de transmitir o conteúdo pedagógico, ser também orientador. A aquisição do conhecimento favorece o professor informações que devem ser colocados em ação já durante a aula. Algumas escolas públicas e privadas buscam capacitar o professor a exercer o papel de orientador: o professor passa a ajudar o aluno a buscar, compreender e integrar a informação em sua forma de conhecimento, socializando as questões biológicas e psicológicas das manifestações da afetividade no âmbito escolar.

Em consenso com Bittencourt (1997, p. 54), em relação às necessidades de mudanças no ensino de História temos:

Modernização dos currículos de 1º, 2º e 3º graus e a qualificação e atualização de professores de História. Muitos esforços, recursos humanos e financeiros foram e estão sendo despendidos neste sentido em vários estados do Brasil, por parte de Secretarias de Educação de Ensino Superior e de 1º e 2º graus.

Portanto, diante dessas informações da autora temos que há uma preocupação com o ensino de História, principalmente, no que se refere à qualificação do professor, e sabemos que hoje, mais ainda, essa preocupação é maior ainda. Para Bittencourt, “mudanças foram sentidas e devemos nos congratular com todos os que, individualmente ou coletivamente, contribuíram para a melhoria do ensino de História em todos os níveis” (1997, p. 55).

Nesse sentido, observamos que a formação do professor de História tem contribuído muito para o sucesso do processo de ensino dessa disciplina, já que a aula de História é rica em informações do conhecimento histórico existente e se o professor não for conhecedor

desse conhecimento torna-se apenas um repassador de conteúdos sem nenhuma contextualização.

De acordo com Fonseca (1995, p. 25), o professor é um dos elementos mais importantes do processo de ensino com sucesso no sistema educacional, por isso, a necessidade, desse profissional está bem preparado para exercer com sucesso tal função.

Essa mesma autora, em relação à formação do professor, ainda afirma que:

Este supostamente domina o saber, e a educação realiza-se através do seu trabalho no nível de planejamento e execução do processo de ensino, sendo investido de autoridade institucional. Evidentemente, os princípios de segurança nacional e desenvolvimento econômico norteadores da nova política educacional chocam-se com o princípio de autonomia do professor e o Estado passa a investir deliberadamente no processo de desqualificação/requalificação dos profissionais da educação.

Assim, de acordo com a autora acima citada, o projeto deliberadamente de desqualificação do professor de História, propositalmente implementado pelo Estado e instituições educacionais, foi acompanhado de um processo de resistências e organizadas nos diversos momentos da História do nosso país.

De acordo com Bittencourt (1997, p. 55), há muito tempo de discute a necessidade de uma formação pertinente ao professor de História, já que a sua formação não é restrita a um curso de História, pois envolve também outras áreas das ciências humanas, tais como, Filosofia, Ciências Sociais, etc.

Portanto, a função do professor de História é abrangente. É interessante a descrição que Pinsky apud Bittencourt (1997, p. 55) faz do professor de História e suas atribuições:

A imagem do professor de História é geralmente marcada pela ambigüidade. Ora é visto como sacerdote, ora como um profissional da ciência, parteiro da nação, da revolução, militante, porta-voz do verdadeiro passado ou apanhador de diferenças, de indeterminados. [...] Sua identidade oscila entre a do professor difusor e transmissor de conhecimentos e a do produtor de saberes e fazeres [...].

Assim, vimos que a formação e o empenho do professor de História são determinantes na qualidade do ensino da referida disciplina. Dessa forma, a importância do estudo de História ganha espaço nas instituições escolares como uma disciplina que há muito tempo tem a função de levar aos educandos a compreensão da realidade na qual eles estão inseridos.

A principal característica do ser humano é o fato de estar sempre aprendendo. Esse processo começa com o nascimento e continua pela vida toda. Muitas vezes as pessoas vão aprendendo as coisas sem mesmo se darem conta em casa, na rua, no trabalho, nas múltiplas experiências de vida.

Segundo Piaget (1992) “parece existir um estreito paralelismo entre o desenvolvimento afetivo e o intelectual, com este último determinado as formas de cada etapa da efetividade”. Mas o que se observa no dia-a-dia é que a afetividade é a base sobre a qual se constrói o conhecimento racional. As crianças que possuem uma boa relação afetiva são seguras, tem interesse pelo mundo que a cerca, compreendem melhor a realidade e apresentam melhor desenvolvimento intelectual.

Quando o professor participa espontaneamente da vida dos seus alunos buscando a parceria, cooperação entre ambos, ele está ajudando esses cidadãos a se afastarem de problemas como vícios e costumes. Dessa forma, pode ocorrer a interação afetiva e permanente, tornando a escola um universo de cultura e paz.

Para tanto, a concepção de cidadania diz respeito aos direitos e deveres do cidadão que faz parte de uma sociedade, vinculada aos valores universais, onde educar para cidadania implica num processo permanente de educação moral e humanização, no desenvolvimento da consciência das crianças. Portanto, leva-se as mesmas a construir posturas, como atitudes de tolerância diante de uma cooperação voluntária.

Cabe ao professor reforçar que a forma de condução do processo de ensino necessita ser adequada ao interesse dos alunos e as exigências da formação dos futuros profissionais, pois para que isso aconteça, o educador precisa exercer o grau de exigência e o conhecimento pertinente a sua formação profissional.

Para essa formação adequada o professor precisa estar sempre em busca da educação continuada e tentando ampliar seus conhecimentos de forma exata e concisa; os conteúdos

esvaziados de significados, precisam ser substituídos por aqueles que auxiliam na construção do conhecimento pelo sujeito que aprende.

Nessa perspectiva, os conteúdos precisam ser ressignificados. Na atualidade, os jovens precisam acompanhar as mudanças que são constantes na sociedade, pois o professor precisa estimular no educando a compreensão da lógica das organizações espaciais, sociais, econômicas e políticas. Portanto, o trabalho do professor precisa privilegiar o desenvolvimento do raciocínio e a construção do conhecimento respeitando, principalmente, o aluno.

Quando acontece a inter-relação dos conteúdos, a pluralidade do ensinar/aprender passa a ser ensinar/aprender/ensinar, e isso permite que o professor e alunos se interajam durante toda essa construção do conhecimento e ambos construam o conhecimento e a dominação do saber.

No entanto, o aluno só se sentirá motivado quando ele for parte do processo do ensino/aprendizagem e não apenas como receptor de informações indesejáveis, vindas de um professor que não se encontra preparado para fazer parte dessa troca de experiências.

Isso nos permite concluir que a sala de aula é justamente o local apropriado para se exercer pesquisas, onde tanto o aluno quanto o professor em conjunto buscam a construção do conhecimento e esse, para ser real precisa ter conhecimento do todo.

A interação entre professor/aluno e a participação ativa e coletiva entre ambos é fundamental. Quanto maior for o envolvimento, aumenta o desempenho do corpo discente, daí ocorre uma melhor aprendizagem.

Na teoria de Wallon (1992), a afetividade ocupa posição nuclear, revelando-se uma dimensão da pessoa e etapa do desenvolvimento. O indivíduo, como se geneticamente social, necessita sem dúvida, do outro para se delimitar como pessoa.

No entanto, é através das experiências e troca de informações que o rendimento escolar passa a ser satisfatório. A partir daí, o índice de aprendizagem se eleva rapidamente. Porém, é necessário que ocorra um amplo nível de entrosamento do professor com os alunos, pois só a partir de uma atuação ativa e participativa entre ambos, a escola passa a ter um trabalho facilitado, com possibilidades de evoluir progressivamente com sucesso.

Nessa perspectiva, o ensino de História, assim como o ensino das demais disciplinas que compõem o currículo educativo nacional, deve ser ministrado de forma que a afetividade entre professor e aluno seja cordial. Assim sendo, é possível que o sucesso do ensino seja positivo em razão da relação em sala de aula.

De acordo com Freire (1975, p. 75-76), “[...] como um processo de constante libertação do homem, educação que, por isto mesmo, não aceitará nem o homem isolado do mundo, nem tampouco o mundo sem o homem, incapaz de transformá-lo”.

Nesse contexto, diante dessa situação, Freire aponta a importância de que o processo libertador do homem está centralizado na educação e só através da educação que é capaz de se construir um mundo mais humano e novas atitudes, inclusive uma nova atitude construtora da humanidade.

Entende-se que o ser humano se constitui numa trama de relações sociais, na medida em que ele adquire seu modo de ser, agindo no contexto das relações sociais nas quais vivem, produz, consome e sobrevive. Com isso, afirma-se que o ser humano emerge do seu modo de ser, dentro de um conjunto de relações sociais. Dessa forma, na sociedade moderna o homem é um ser prático que age no contexto da trama das relações sociais desta sociedade.

Quanto mais autêntico você se torna, mais genuína é sua expressão, particularmente com referência a experiências pessoais, até mesmo dúvidas, de modo que cada vez mais as pessoas conseguem se relacionar com você. Isso facilita a expressão delas, tornando-as mais seguras. Essa capacidade de expressão se reforça no espírito de outra pessoa e a empatia verdadeira acontece, produzindo novas descobertas e ensinamentos.

Para tanto, o educador por encontra-se num nível mais elevado de desenvolvimento de suas capacidades e por deter um patamar cultural mais elevado, deverá ocupar o lugar de estimulador do avanço do educando. É no contexto de relações sociais definidas que o educador e educando se relacionam, realizando o processo educativo.

Então, o processo educativo exige envolvimento afetivo. Daí vem à arte de ensinar, que nada mais é que um desejo permanente de trabalhar das mais variadas e adequadas formas, para a elevação cultural dos educandos.

O educando, como o educador, é caracterizado pelas múltiplas determinações da realidade, ou seja, é um sujeito ativo, que pela ação, ao mesmo tempo se constrói e se aliena, e um membro da sociedade como qualquer outro sujeito.

Sabendo que as dificuldades afetivas provocam muitos desencontros sociais e escolares, bem como, perturbações no comportamento, o cuidado com a educação afetiva deve caminhar lado a lado com a educação.

De acordo com Pimentel (1967), a afetividade é quem direciona todos os nossos atos. Ela é na verdade, o elemento que mais influencia na formação do nosso caráter. As disfunções da afetividade originam-se, antes de mais nada, da natureza e do temperamento da pessoa. Essa natureza e esse temperamento, ela os traz, na sua maior parte, desde o nascimento como herança de seus antepassados.

1.4 Livros didáticos de História

Em diferentes tempos e espaços, os Livros Didáticos de História tem introduzido atividades e propostas que possibilita análise e conceitos e procedimentos do currículo de ensino de história no ensino fundamental. São várias fontes de pesquisa utilizadas pelos historiadores, buscando reconstruir o trabalho como fontes históricas nos livros e materiais didáticos, incluem-se textos produzidos por diferentes autores históricos que vivenciam o processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental.

Observando as obras literárias de alguns autores, objetivos possíveis, percebe-se que processo de organização contempla a realidade social, econômica em panorama histórico. Para explicitar alguns dos referenciais teóricos que embasaram a elaboração dos livros e materiais didáticos de história, se discute a caracterização da área de história no ensino fundamental. Para Schidty (2002), criticamente o modo de usar o livro didático de história é completamente errado:

- Em primeiro lugar, jamais perca tempo decorando datas;
- Listas de nomes de reis, presidentes, generais e ministros;
- Mapas, gráficos, legendas, esquemas, ilustrações, etc.

O mais importante é aprender a raciocinar historicamente. Para isso, toda vez que o professor tiver que selecionar materiais e livros didáticos de história para trabalhar com os alunos, deve fazer as seguintes perguntas: o que estes acontecimentos históricos têm a ver com o mundo atual? Como eles influenciam a maneira de viver e pensar das mulheres e homens hoje? Como eles ajudam a explicar o que está acontecendo agora? As coisas não poderiam ser diferentes?

É aconselhável, principalmente o professor de história do Ensino Fundamental logo depois de selecionar o material que didático ter uma visão global antes de se aprofundar nos detalhes que prestam nas informações que proporcionam reflexão e informações culturais. A atividade pedagógica do professor historiador deve procurar saber a razão, questionar os fatos fundamentais que fundamenta a construção do conhecimento, pois o livro didático não esgota todas as informações, por isso somos submetidos a questionamentos, reflexões e pesquisas.

Como nos ensinou o filósofo Kant, o principal objetivo da educação é ensinar as pessoas a pensar com autonomia. Portanto, os materiais e livros didáticos usados em sala de pelo professor e alunos devem ser confrontados através das informações curriculares. O historiador além de confrontar as idéias opostas junto aos alunos e os textos, deve ensinar a ler o texto e interpretá-lo; mostrar que qualquer conhecimento científico precisa da dúvida, do questionamento, da polêmica para construir novos conhecimentos.

Devemos construir novos conhecimentos que nos ensine a refletir criticamente, pois duvidar e questionar são atividades muito saudáveis no estudo da história. Saber e fazer História é dos nossos objetivos como educadores, estimulando os alunos a participarem ativamente processo histórico. Para isso, as atividades estão sempre se renovando. Assim, investigando, pensando e conferindo, criando oficina de história, os professores e alunos encontram melhor significado no estudo da história.

As aulas inovadoras e avaliações mais abertas causam mudanças na escola, entre os alunos, pais, colegas e direção, este é o processo que inova as propostas das atividades didáticas trabalhadas em nossas escolas.

Os materiais didáticos como instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino aprendizagem tem sido novos subsídios na busca de nova aprendizagem. Livros didáticos, filmes, excertos jornais e revistas, mapas, dados estatísticos e tabelas, entre outros meios de informação, suportes didáticos que tem sido

utilizado com frequência nas aulas de história, mas com o crescimento nos últimos anos, o número de materiais didáticos é inegável, com a multiplicação de materiais didáticos e paradidáticos, dicionários especializados, além de materiais em suportes diferenciados daqueles que originalmente tem sido utilizados pela escola, baseados em vídeos e computadores.

Diante dessa variedade de materiais didáticos, desigualmente distribuídos pelas diferentes escolas do país, torna-se urgente uma reflexão que ultrapasse uma visão apenas pragmática do problema. Qual tem sido o papel dos materiais didáticos? Qual a relação entre este tipo de material didático e a formação do professor? Como os materiais didáticos interferem na formação dos alunos? Para abordar tais indagações, torna-se necessário abordar três aspectos essenciais: concepção de material didático, relação entre produção didática e indústria cultural e os uso de materiais didáticos.

1.5 A importância do estudo de História

Para que estudar História? O que um acontecimento ocorrido há mais de 500 anos tem a ver com a nossa vida? Questões com esse conteúdo são comuns nas salas de aula de todo o Brasil. Elas refletem o desprezo da sociedade consumista contemporânea pelas experiências do passado. A globalização da economia e o rápido avanço tecnológico, características do nosso tempo, têm produzido mudanças aceleradas e contínuas. Vivemos a era da velocidade: ela se faz presente na informação, no estilo de vida das grandes cidades e na rapidez com que a indústria renova seus produtos e os clientes mudam suas preferências.

A velocidade da vida moderna faz com que tudo envelheça muito rapidamente e pareça sem valor para as novas gerações. Diante do domínio do tempo presente, o passado é desqualificado como experiência digna de conhecimento e interesse e condenado ao esquecimento. O presente parece libertar-se do passado e adquirir existência própria. Segundo o historiador Marc Bloch, “a incompreensão do presente nasce da ignorância do passado”. Mas, para ele, de nada adiante conhecermos o passado se nada sabemos do presente. Em outras palavras, não se pode perder de vista o compromisso com os problemas e indagações do tempo presente. Por essa razão, o historiador, em seu trabalho de investigação, deve utilizar o método do duplo movimento: conhecer o passado através do presente e conhecer o presente através do passado.

O movimento pela destruição do passado coloca para toda a sociedade, e em particular para nós, historiadores, a difícil tarefa de combater o esquecimento e preservar a memória coletiva base para a afirmação da identidade cultural de todos os povos, grupos e indivíduos. O ofício do historiador, segundo Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*, nos fala dos perigos da perda dos referenciais históricos e reafirma a importância do historiador como guardião da memória coletiva.

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWM).

Portanto, uma das formas de sabermos quem somos, de onde viemos, por que vivemos e pensamos de uma maneira e não de outra, é pesquisar o nosso passado. Isso é possível quando recorremos a História. Assim, para tentar entender melhor o presente, voltamo-nos para o passado a fim de estudar as ações praticadas lá atrás, procurando buscar as origens e algumas explicações sobre a realidade que hoje vivemos.

A História é uma criação da humanidade e o homem é, ao mesmo tempo, produtor e elemento central das análises da ciência social chamada História.

A História, juntamente com outras ciências sociais – a Antropologia, a Sociologia, a Geografia etc., -, estuda as sociedades humanas passadas e contemporâneas: suas mudanças, permanências e inovações, suas contradições, experiências e realizações, o relacionamento entre as pessoas e entre elas e o ambiente.

Estudar História é uma necessidade que temos de aprender e de saber como agir diante de certo problema. Porque nos permite conhecer o modo de vida de homens e mulheres do passado e do presente: sua visão do mundo, a importância, a comunidade, a educação dos filhos, as origens das desigualdades entre as classes sociais.

Estudar as experiências humanas vividas ao longo do tempo é parte do trabalho do historiador. Mas as experiências por ele estudadas resultam das ações de todos nós, ou seja,

todos fazemos História. Somos parte dela à medida que vivemos nos relacionados uns com os outros, participando de acontecimentos e praticando ações que projetam ao longo do tempo.

Portanto, cada pessoa tem a sua própria história e participa da história dos outros. Assim, todas as pessoas contribuem para fazer a história da humanidade, independentemente de sua posição social, cor, religião ou profissão.

O historiador Hobsbawm, por sua vez, define um dos objetivos do trabalho do historiador: “lembrar o que os outros esquecem”. Não cabe ao historiador registrar apenas o passado, mas principalmente usá-lo como instrumento para refletir sobre o presente.

Estudando História, podemos descobrir muitas coisas sobre os seres humanos que viveram antes de nós. Podemos ficar sabendo como foram organizadas as diversas sociedades, os muitos grupos humanos que hoje formam a humanidade; como os seres humanos foram aprendendo a produzir alimentos, a construir suas casas e as cidades, a criar os meios de transporte e de comunicação, as obras de arte e as religiões. Podemos descobrir muito mais, como a necessidade do ser humano de viver junto com os outros, em sociedade.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NA VISÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB

2.1 Caracterização da pesquisa

Optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa, em que a metodologia de investigação enfatiza, conforme Minayo (2002, p. 21-22), as questões muito particulares e trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes. Além disso, possibilita atentar para questões mais conceituais do problema que está sendo pesquisado, considerando a complexidade, a especificidade e as diferenciações que apresenta.

Desenvolveu-se o trabalho com enfoque na abordagem qualitativa, também, por “enfatizar a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 11), desenvolvida “a partir de material já elaborado, constituído, principalmente de livros e artigos científicos”, a pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1997, p. 48).

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Chizzotti (2001, p. 84) afirma que, “procura-se compreender a experiência que eles [os sujeitos] têm as representações que formam e os conceitos que elaboram. Esses conceitos manifestos, as experiências relatadas ocupam o centro de referências das análises e interpretações”. Nessa perspectiva, trabalha-se com as manifestações expressas pelos alunos e professores de História a respeito da relação professor/aluno no ensino de História.

Para a coleta de dados, utilizou-se o instrumento questionário (ver apêndice) com questões semi-estruturadas que partiram da temática enfocada. Mesmo sendo o questionário um instrumento mais próprio da pesquisa quantitativa, não foi empecilho utilizá-lo numa pesquisa de cunho quantitativo, como um mecanismo auxiliar a aquisição dos dados.

Após a coleta de dados, transcreveu-se a entrevista integralmente e em seguida apresenta-se a análise da mesma. Através dessa análise, procurou-se abordar e apreender o

processo de construção do discurso. Para tanto, buscou-se realizar uma análise pertinente que permitisse chegar-se às implicações do tema central deste estudo.

Os dados foram analisados a partir de uma perspectiva qualitativa, tendo como base a concepção de relação professor-aluno no processo de ensino como um caminho para o sucesso do ensino de História defendida por vários autores que fundamentaram esse estudo.

Na sequência, caracteriza-se o lócus onde a pesquisa se realizou e os sujeitos que dela participaram.

2.2 Caracterização do campo e dos sujeitos de pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Violeta Costa de Souza do município de Alagoa Nova-PB (ver anexos). A sua estrutura física encontra-se em bom estado de conservação e higiene. A mesma atende satisfatoriamente a comunidade local; na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Borges de Carvalho, escola que surgiu no início dos anos 60 com o antigo curso ginásial, sendo pioneira nesse ensino que permanece até hoje. Esse ano teve um índice alto de aprovação no vestibular (33 alunos) para as universidades públicas, tendo também razoável aprovação para o nível médio no CEFET. Todo copo docente atua dentro de sua área de conhecimento, apesar de não ter profissionais aptos para tal prática, tem no quadro discente, tem alunos especiais, tentando incluí-los na sua prática pedagógica da melhor forma possível.

Os sujeitos da pesquisa foram os professores de História (seis), todos são licenciados em História, pela Universidade Estadual da Paraíba, e Universidade Federal de Campina grande, são graduados há mais dez anos e têm entre dez a vinte anos de tempo de serviço, lecionam no Ensino Fundamental e Médio, sendo quatro do sexo feminino e dois do masculino.

Foram também entrevistados os alunos (total de nove) do Ensino Fundamental II e Médio, (cinco de cada série), sendo quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino, ambos numa faixa etária entre treze a dezenove anos de idade.

2.3 Apresentação e análise dos dados

2.3.1 A Entrevista com os professores

A análise inicial das respostas dos sujeitos (professores e alunos) mediante as entrevistas concedidas, bem como, revelaram alguns aspectos relevantes que merecem serem analisados no sentido de se repensar na relação professor/aluno no ensino de História, visando um melhor aproveitamento e sucesso de processo de ensino e aprendizagem na disciplina referida.

Atualmente, as tendências atuais dos estudos da disciplina de História, valorizam o conhecimento que permeiam a vida cotidiana do ensino metodológico nas séries do Ensino Fundamental. Muitas propostas de atividades integradas trabalhadas em sala de aula como a religiosidade, a forma de espiritualidade fornecem elementos para a construção de identidade, de memórias coletivas, de experiências e correntes culturais e intelectuais que não se restringem apenas aos conteúdos, mas representa um desafio social de romper “gavetas-estantes” na cabeça dos alunos, estabelecendo diálogo da unidade programática, rompendo barreiras difíceis que envolvem a educação, inclusive em nossas escolas públicas de nosso município repensar os papéis de gênero, na participação política do bem-comum.

Trata-se, portanto de privilegiar o conhecimento prévio do aluno, integrando novos códigos, como objeto de análises comparativas na área de estudos. Portanto, os conteúdos de história no ensino metodológico, de modo especial nas séries do ensino fundamental, devem identificar a construção de noções de continuidade relacional. Essa compreensão considera então, que o ensino de História envolva relações e compromissos com a construção conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada à complexidade inerente à realidade com que vive (PCN: História e Geografia-2001).

Hoje, nos programa dos livros didáticos de História passou a considerar as atividades desenvolvidas em sala de aula de forma significativa a formação da cidadania. Assim, o professor a cada dia deve investir no processo de desenvolvimento específico de organização curricular e na produção de materiais didáticos. Em consolidação as propostas de atividades trabalhadas nas Escolas do Município de Alagoa Nova, difunde-se a construção do

conhecimento, numa perspectiva de valorização de atitudes ativas do sujeito como construtor de sua história, em consonância a participação dentro e fora da sala de aula, como experiência e prática de cidadania.

Relacionando o conhecimento histórico e científico, com a idéia que o aperfeiçoamento na leitura de forma abrangente e sistemática em suas várias formas de registros produzidos pelos alunos em trabalhos em grupos ou individuais, manifesta da apresentação oral, gestual, figurada, musical e rítmica veio relacionar-se com a série de transformações da sociedade, especialmente com a relação intensa entre estudantes. O conhecimento do “outro” possibilita, especialmente, aumentar de maneira sistemática o nosso conhecimento.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (2001) do Ministério de Educação e Cultura as propostas curriculares foram ampliados com os conteúdos de História a partir das escolas de Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Os conteúdos passaram a serem avaliados quanto às necessidades de atender um público ligado a um presentismo intenso, voltado para as idéias de mudanças constantes no cotidiano tecnológico, principalmente da sala de aula.

Os professores, principalmente em nosso município passaram a perceber a possibilidade de transmitir nas aulas o conhecimento de toda a história da humanidade em todos os tempos, buscando alternativas às práticas reducionistas e simplificadoras da história oficial.

Assim, aprofundando o processo histórico de forma progressiva enfoca no trabalho com as atividades relacionadas à sociedade e cidadania nas séries do ensino fundamental, onde os professores que vão estimular os alunos a desenvolver as habilidades de identificar, organizar com objetividade os fatos históricos. É de fato uma estratégia de ensino que estimula o aluno a pesquisar, a perceber a diferença de significados e a conceituar com finalidade o conteúdo que o cerca.

Em nossa realidade escolar objetivamos em trabalhar com textos, estimulando o trabalho com a habilidade de leitura e interpretação, usando as habilidades de interpretar dados dispostos na forma de gráficos e/ou tabelas e, a partir delas, formular conclusões.

Convém considerar que as atividades desenvolvidas em sala de aula em nossas escolas, pretendem socializar a leitura e interpretação dos textos como fomentação das idéias

para o exercício de cidadania e ética. Neste sentido, o objetivo do texto é colocar o aluno em contato com um relato oral, tendo em conta que as fontes orais são decisivas ao estudo da história. Facilita também a percepção de que os debates entre os historiadores a respeito da história têm um indício para melhor compreensão dos diferentes tipos de textos apresentados.

Neste aspecto que observamos em nossas escolas, tem melhorado o material didático, tanto de forma concreta como através de recursos visuais (filmes históricos), o processo ensino-aprendizagem tem facilitado a compreensão do ensino de história no Ensino Fundamental.

Com sugere a nova didática, os aspectos metodológicos que devem chamar atenção dos alunos do ensino fundamental, principalmente na construção do conhecimento. Neste aspecto torna-se necessário a construção do saber histórico para compreendermos as outras áreas de ensino, como um dos aspectos importantes da socialização do ensino. A crítica mais contundente dentro do planejamento das atividades trabalhadas é que às vezes são tão subjetivas que não dá privilégio para nossos educandos pensarem com tanta veemência.

Os aspectos trabalhados em sala de aula no cotidiano da escola devem vislumbrar a prática pedagógica do professor do Ensino Fundamental, que deve facilitar a aprendizagem dos alunos em seu alto potencial didático. Portanto, a nossa realidade de nossas escolas públicas em nosso município tem facilitado a discussão do papel da história para o crescimento da sociedade e da cidadania.

Sobre em que medida os conhecimentos adquiridos na universidade auxiliam os professores no cotidiano na sala de aula (metodologia, conteúdos, teorias de História), de acordo com os professores, auxiliam sim, mas de forma teórica, pois na realidade, essa relação educador/aluno vai se constituindo na prática cotidiana, o professor percebe claramente a melhor forma de relação. Auxilia numa limitação básica de conteúdos, de correntes historiográficas, visto que a prática é quem forma.

O ensino e a aprendizagem de História, de modo geral, estão voltados, primeiramente para atividades onde os alunos possam identificar permanências, semelhanças, diferenças e transformações de modo geral no modo de vida, no convívio social, cultural e econômico, no presente e no passado, tendo como fundamentação a diversidade de leituras de diversas obras históricas.

Dessa forma, afirma-se que o aprendizado ocorre a partir da diversidade de informações sobre as relações interpessoais, coletivas e culturais. Entretanto, suas reflexões apoiam-se em concepções do senso comum. Para tanto, cabe a escola, interferir nas concepções de mundo dos alunos, de forma adequada para que o corpo discente desenvolva observações em sua volta, tornando-se um ser ativo, capacitado em criticar, analisar, fazer reflexões em dimensões múltiplas e diferenciadas.

Segundo os professores, todos os conhecimentos adquiridos no decorrer da vida são necessários para um bom desempenho do professor, entre estes, o conhecimento acadêmico proporciona meios de enriquecer o trabalho docente. Ao lançar mão de práticas atuais, novas leituras e teorias da História, trazem para sala de aula a oportunidade de compartilhar os saberes. Essa prática tornará o aluno diferente em relação àquele que em sua prática cotidiana tem como única opção a leitura do livro didático, fazendo do mesmo elemento mais crítico, perspicaz e corajoso.

Portanto, de acordo com os professores o conhecimento assimilado na academia são relevantíssimos no tocante a sua própria profissionalização, pois além de possibilitarem uma análise mais crítica e contextualizada do conteúdo, proporcionam um maior segurança nas informações perpassadas aos seus alunos.

Sobre essa questão do relacionamento professor/aluno tem-se ressonância em Freire (1999, p. 109-110), quando se refere que tal processo é entendido como construção dialética que se traduz em ações e reflexões do cotidiano, em idas e vindas, em relações de trocas das mais diferentes espécies, ou melhor:

A prática educativa implica processo, técnicas, fins, expectativas, desejos, frustrações, a tensão permanente entre prática e teoria, entre liberdade e autoridade, cuja exacerbação, não importa de qual delas, não pode ser aceita numa perspectiva democrática, avessa tanto ao autoritarismo quanto a licenciabilidade (FREIRE 1999, p. 109-110).

Portanto, as contribuições do autor acima, são importantes para o professor compreender que todos os envolvidos numa prática pedagógica trazem uma história de vida, mas simultaneamente, fazem uma história viva. Que essa prática poderá ser uma construção, desde que considere a desconstrução, a diversidade, a alternativa de tentar outros caminhos, e lidar com incertezas.

Cabe ao professor introduzir o aluno na leitura de diversas fontes de informações, para adquirir pouco a pouco autonomia intelectual. De modo geral, dando ênfase a fontes documentais, fotografias, mapas, filmes, objetos de uso cotidiano, músicas, teatro e outros meios de comunicação, de modo que o corpo discente possa ter como base todos esses meios.

Segundo os professores, em contato com os demais colegas de áreas do conhecimento, pode-se perceber que as dificuldades não são exclusivas para a disciplina de História, mais em grande dos construídos das demais disciplinas. Foi citado também, base leitura dos alunos em baixo nível, os recursos escassos da escola pública, livros didáticos insuficientes e distantes da realidade do alunado.

É consenso para todos que toda gama de informações agregadas no decorrer da vida são importantes e até certo ponto necessárias para um bom desempenho da atividade de lecionar, o que, entre eles, o conhecimento acadêmico é o que proporciona os mais enriquecedores do trabalho docente.

Por fim, acreditamos que todas teorias, métodos e didáticas estudadas não devem ser perpassada de maneira meramente regulatória pelo docente. O professor como educador, formador de conhecimento e opinião deve além de ensinar os conteúdos e teorias seguindo um método formalmente exigido pelo sistema de educação vigente em nosso país com relação à disciplina de História deve visualizá-la com a criticidade e da contextualização como citado pelos professores, formando um alunado com os objetivos distintos com relação à ciência da História dos observados modernamente, e diferente também da Ditadura Militar a qual castrava o direito do aluno pensar na História como uma ciência desvendadora da formação da sociedade, dos seus costumes e dogmas.

É nesse panorama que, o professor tem de buscar os meios os quais se adaptem melhor a realidade e as possibilidades dos alunos, primando sempre pela maior informatividade, lançando mão de práticas atuais, novas leituras e teorias de História e atuando também de modo a compartilhar os saberes. Essa prática tornará o aluno diferente em relação aquele o qual em sua prática cotidiana tem apenas como opção a leitura do livro didático, criando um ambiente de instigação à sapiência.

Em relação às dificuldades no ensino de História, para os professores são muitas as dificuldades. Na maioria das escolas o livro didático é o carro-chefe da disciplina, sendo essa a maior limitação do professor, além do mais, a inexistência de recursos para que se

proponham aulas mais elaboradas, como: mapas, vídeos, bibliotecas, etc., entretanto, o maior obstáculo para o ensino de História é o desinteresse do próprio aluno, que ao não possuir o hábito de leitura não se sente estimulado pela disciplina.

Em consonância com as explicações dos professores as dificuldades mais evidentes encontradas no exercício da atividade de lecionar esta disciplina residem no fato de que grande parcela dos alunos na gostam de ler, além da escassez em âmbito estrutural de recursos na escola pública. Quanto aos livros didáticos serem insuficientes e distante da realidade do alunado, além da carência de estímulo e investimento na atualização e profissionalização dos professores e a inexistência de instrumento para que se proponham aulas bem elaboradas, tais como, mapas, vídeos, bibliotecas com acervo renovado, etc.

Essa realidade vivida hoje - em grande parte das escolas públicas do Brasil – é o que mais impossibilita a afeição, a empatia do alunado não só com a disciplina de História, mas também, com as demais disciplinas, motivo pelo qual se faz ocasionar fenômenos sociais, como os campos universitários, pois na medida em que o nível dos alunos das escolas públicas cai, pelos motivos supracitados e há uma pretensão superior, lança-se mão de políticas discriminatórias e abusivas justamente por não se investir numa estrutura de educação de base para os discentes, a qual dê subsídios necessários não só para o aprendizado da História, como também de todas as ciências, as quais serão objetos de estudo do aluno no decorrer de sua vida acadêmica.

Quanto aos fatores que contribuem para o sucesso do ensino de História, em unanimidade os professores afirmaram que, sem dúvida nenhuma, um dos fatores mais importantes, está justamente no profissional (professor) que escolhe esta área de conhecimento, o mesmo tem que se identificar com os conteúdos e habilidades que o curso exige, gostar de ler, pesquisar sempre, escrever sempre. Sendo um bom profissional as dificuldades não serão exclusivas do ensino da História, mas sim, do ensino como um todo; pois vivemos num país que não dá à devida atenção as bases educacionais; a educação no Brasil nunca foi e nem é prioridade de nenhum programa de governo, tanto na esfera municipal, estadual como na federal. E também, pesquisas historiográficas orientadas, recursos áudios-visuais.

Foi citado pelos professores que o mais importante é o hábito de leitura, além de um conhecimento real do conteúdo pelo professor, recursos didáticos para aulas bem elaboradas, escolha de bons livros e boas leituras para auxiliar na leitura do livro didático.

Assim sendo, podemos afirmar que, os fatores mais importantes assistem justamente no conhecimento, na bagagem intelectual do professor, sendo que, o mesmo tem de se identificar com os conteúdos, habilidades as quais o curso exige: simpatizar-se com o hábito da leitura, ser um exímio pesquisador e escritor.

Porém, acreditamos que o sucesso do profissional de História não se alcança simplesmente pelo demonstrativo de sua capacidade intelectual, esta é claro tem de está evidente, todavia, alojada a uma boa didática e metodologia para o perpassamento de informações de maneira clara e sucinta, além de ter (os professores), auxílio estrutural e material dos órgãos responsáveis na administração dos recursos destinados a educação para melhor rendimento, tanto do professor quanto do aluno.

Quanto se as relações em sala de aula entre professor/aluno influem no ensino e aprendizagem de História, os professores citaram que, não só da disciplina de História, mas em qualquer outra disciplina, aluno e professor devem ser eternos parceiros da aprendizagem com missões bem definidas, de verdadeiros construtores do saber. Sem dúvida, a relação professor-aluno facilita o entendimento, e encaminha o diálogo que incrementa o discurso histórico, evitando a exposição da verdade do professor e/ou do autor do texto e retrata uma verdade produzida a partir da aula. *“O professor acessível ao aluno, que se propõe a ajudá-lo na busca do conhecimento, sem dúvida terá mais sucesso do que o professor inatingível, àquele que ministra sua aula como se estivesse prestando um favor” afirmou uma professora.*

Dessa forma, levando em conta essa harmonia, a escola deve procurar ser um ambiente consciente de que o fim essencial da educação e do ensino é *“o desenvolvimento da personalidade, uma educação integral em conhecimento, em capacidades e valores morais em todos os campos da vida. Mas educar é sobre tudo ensinar a crescer enquanto pessoa, ensinar a viver com dignidade”* (MORENO, 2001, p. 42).

Assim, acreditamos que as relações devem ocorrer com missões bem definidas, de verdadeiros edificadores do saber. Vale ressaltar que essa relação harmoniosa não deve ser restringida apenas no âmbito da disciplina de História, mas se estender a todo campo das demais disciplinas.

Instigados sobre como ocorrem às relações entre professor/alunos nas aulas de História, os professores responderam que, há uma complexidade vencível, pois cada conjunto

de alunos (sala de aula) é um universo de comportamentos, idéias. Mas o professor-educador tem habilidade e competência para transformar as diferenças em boas discussões em torno do conhecimento. No caso deles em particular, segundo eles, tem ao longo dos anos uma relação agradável, amigavelmente bem proveitosa, constante e indissolúvel entre educador aluno. *“os meus alunos são minhas crias. Produto futuro do meu trabalho, portanto, a relação amigável é para mim importantíssima”*, respondeu uma professora.

Para um bom relacionamento entre professor/aluno deve-se considerar a escola espaço importante para construir o sujeito como cidadão. Para tal, necessidade de pedagogias que lhe permita cumprir essa função, na medida em que ultrapassem o espaço de repetição e consigam abranger todas as caminhadas da população colocando a sua disposição o saber construído, para ser assimilado, reconstruído e transformado.

“São relações permeadas pela paciência e tolerância, onde o diálogo é o que norteia o trabalho. A aula expositiva ainda é o ponto alto da minha prática, contudo, o aluno tem liberdade para intervenções e perguntas sempre que julgue necessário”, destacou uma professora.

Essa relação deve ser construída principalmente, através de confiança, respeito e tolerância. Os professores lidam com alunos com perspectivas diferentes, oriundos de diferentes camadas sociais. Essas diferenças, apesar de trazer dificuldades, proporcionam aos professores um elevado crescimento ao aprender a lidar com elas. Uma vez que possuindo um relacionamento amigável e saudável e de respeito dá espaço para uma melhor compreensão do processo de ensino-aprendizagem de História.

Estamos de acordo com a idéia explanada pelos educadores supracitados. Sem dúvida, a boa relação entre professor-aluno facilita o entendimento, encaminha o diálogo ampliando as discussões embasadas na retórica histórica, evitando a exposição de uma verdade condensada nas idéias do professor e do autor do livro, e, por fim, retrata uma verdade constituída, produzida a partir da aula, fomentando a criticidade ao aluno.

Quanto ao tipo de aula que gosta de aplicar, na opinião dos professores os métodos e os recursos devem ser utilizados, tendo uma coerência com o grupo de alunos o qual você já tenha conhecido. Isto significa que depende de cada turma, porque, nem sempre um método é adequado ou aplicável a determinada turma, já em outra pode ser perfeitamente adequado ou aplicável.

Essa afirmação dos professores está em consenso com um dos objetivos dos PCN – História quando ressalta:

Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais (PCN – HISTÓRIA, 2001, p. 43)

Concordamos com a assertiva no tocante a adaptação dos recursos, as aspirações e a empatia da turma a determinado método. Mas, é importante que gradativamente o professor vá procurando aproximar o aluno daqueles recursos outrora rejeitados, objetivando a ampliação do nível de conhecimento do alunado e o maior ajuste, acomodação, amoldamento dos mesmos a todas as formas de aquisição de conhecimentos.

Em relação aos recursos que utiliza no ensino de História, todos professores citaram, vídeos, cartazes, aula de campo, livro didático. De acordo com as informações dos professores a respeito dos recursos didáticos utilizados, observa-se que estes estão diversificando os recursos que utilizam em sala de aula, isso significa que esses professores estão preocupados em oferecer uma melhor qualidade de ensino para os seus educando.

Em relação a esse assunto, os PCN – História (2001, p. 96) enfatizam que “a utilização de outras metodologias de ensino significa, também, construir o currículo ao longo do processo, partindo de vivências do grupo (professor e alunos), sem deixar de considerar o conhecimento historicamente construído”.

Referente à crítica que faz ao curso de História, para alguns professores entrevistados, o curso de História é elitista. Ainda é clara a formação de quotas dentro dos departamentos de ensino, o que exclui aqueles que não rezam nesse expediente.

Depoimentos dessa natureza é comum por parte de alguns discentes, que por razões pessoais, tenham sido prejudicados. No entanto, não podemos generalizar todos os professores da instituição. É verdade que existam alguns que reze nesse patamar, mas a grande maioria de professores é competente, disciplinada e responsável.

Segundo os professores, a maior crítica seria pela omissão da universidade em exigir do professor que seja mais atento às necessidades dos seus alunos. A maioria dos docentes

está mais preocupada com suas atividades extra-curriculares, que também lhes são atribuídas além da carga horária normal, e a universidade não se posiciona com relação a isso.

Já sobre o que acha do curso de História da UFCG, os professores responderam que o ensino de História da UFCG está entre os mais conceituados do país, porém, tendo em vista a postura elitista da instituição, alguns alunos não atingem a linha de trabalho de alguns professores e por vezes são jogados a margem sem orientação ou algum acompanhamento pedagógico. *“É um curso de bom nível, com quadro excelente de professores”*.

Nesse depoimento detectamos outro desabafo, que merece nossa reflexão. A instituição é federal possui suas atribuições, cabe ao aluno se policiar e deliberar com mais empenho e compromisso a tais exigências.

Quanto à sugestão que dar para melhorar o curso de História, uma sugestão dada pelos professores foi aos departamentos à criação de um serviço de orientação ao formando de modo que o referido departamento pudesse tomar conhecimento automático da forma grotesca como alguns professores tratam e conduzem a formação do aluno, levando muitas vezes a evasão, sem que as coordenações tomem conhecimento dos fatos. Nesse contexto, cabe ao prejudicado arcar com firmeza, busca seus direitos uma vez que cumpra seus deveres, com certeza contando com razão será apoiado.

Além disso, foi citado também pelos professores a renovação em melhoramento na grade curricular, acrescentando novos elementos na área contemporânea.

2.3.2 A entrevista realizada com os alunos

Para denominar os alunos optou-se identificá-los pelas letras A, B, C, D, E, F. A seguir apresenta-se as perguntas da entrevista, bem como as respostas deles.

Em relação à disciplina que mais gosta, os alunos responderam: *“Inglês, porque eu posso aprender outra língua diferente e é bom falar inglês porque um dia você vai precisar”* (aluno A). *“De Educação Física, porque eu me movimento bastante e esqueço dos meus problemas”* (aluno B). *“Inglês, porque é uma língua diferente da nossa e que podemos aprendê-la”* (aluno C). *“Matemática, porque sem a matemática agente não chega a lugar nenhum, sem saber contar, etc.”* (aluno D). *“História, ela possibilita a ampliação do*

conhecimento de mundo, como a estrutura social vigente se formou, a evolução dos costumes, a participação de entidades como a igreja na formação cultural” (aluno E). “Português, porque é uma disciplina que exige muito da gente e assim nós aprendemos a ler e escrever bem” (aluno F).

Observa-se que os alunos têm preferência variada entre todas as disciplinas, isso é muito bom, pois demonstra que eles estão gostando do ensino oferecido pela instituição.

Sobre a disciplina que menos gosta, as respostas foram: *“Geografia, porque é um negócio de muitos países, montanhas, planícies, etc. para estudar é muita coisa” (aluno A). “Eu gosto de todas” (aluno B). “Geografia, porque eu não entendo muito sobre Geografia aí fica difícil de se aprender” (aluno C). “Geografia, porque eu não entendo quase nada” (aluno D). “Matemática, por ser uma ciência ontológica, ou seja, baseada no ser, o que impossibilita o surgimento de grandes discussões, isto é, o resultado de um problema, teorema é irrefutável, pois, aplica-se apenas uma fórmula em busca de um resultado numérico” (aluno E). “Ciências, porque o assunto não me interessa muito” (aluno F).*

Em relação a essa questão, é comum determinado se identificar mais com disciplina tal, isso não significa que eles não estejam gostando da escola e do ensino, mas que tem mais afinidade com certa disciplina ou área de estudo. Em consonância com as respostas dos alunos, podemos afirmar que são vários fatores que possibilitam a aversão e o conseqüente afastamento dos alunos às disciplinas mencionadas: métodos impróprios, a falta de uma efetiva interação entre os professores e os alunos, a carência de recursos didáticos e a falta de estímulo ao aprendizado no ambiente escolar.

Quando o professor observa esse tipo de situação ele deve se utilizar (como já exposto neste trabalho) de todos os recursos acumulados durante a sua vida acadêmica para tentar suprir - ou ao menos - amenizar a deficiência do aluno.

Lembramos que, o professor não deve atuar sozinho, ele deve contar com o apoio da escola, a qual deve proporcionar todos os subsídios necessários para a realização deste feito.

Em relação ao que entendem do ensino de História, *eles afirmaram: “Eu entendo aquilo que eu não sabia no tempo da idade média, como se diz história é o presente que estuda o passado” (aluno A). “Eu entendo poucas coisas” (aluno B). “O que eu entendo é que com a história nós podemos ir ao passado e sabe o que aconteceu por lá” (aluno C). “Eu entendo o mundo capitalista e outras coisas” (aluno D). “Que ensina os fatos do passado, no*

presente para agente entender o futuro” (aluno E). *“Entendo que podemos aprender muito sobre o que já aconteceu e está acontecendo também”* (aluno F).

Podemos perceber que a maioria dos alunos ainda tem uma concepção meio arcaica acerca desta disciplina, imputando-lhe, apenas, a função de estudar o que ocorreu no passado, o que não deixa de ser certa razão, de maneira apenas, informativa de acontecimentos.

Entretanto, a História tem finalidade, dentre outras, de fazer com que entendemos a evolução das relações inter-individuais além da gradativa flexibilização dos costumes e da alternância das formas e regimes de governo, tanto no panorama nacional quanto mundial.

Em relação ao que gosta de estudar em História, os citaram: *“Os tempos passados, pois estamos revendo o que não vimos há muito tempo atrás”* (aluno A). *“Tudo”* (aluno B). *“As coisas do passado”* (aluno C). *“Eu gosto de estudar em história as guerras, porque é muito interessante”* (aluno D). *“Tudo que faz parte da humanidade”* (aluno E). *“Principalmente, a parte que trata da origem do homem, isto é da pré-história”* (aluno F).

Sobre a forma como o professor de História se relaciona com os alunos se ajuda na aprendizagem da disciplina, a opinião dos alunos é que: *“Sim, porque ela sabe se expressar, explicar tudo direito, se agente não entender, ela explica tudo novamente”* (aluno A). *“Sim, porque está sempre explicando e nós alunos estamos entendendo o que ela está explicando”* (aluno B). *“Sim, porque ele nos ensina de uma forma que nós entendemos e aprendemos”* (aluno C). *“Sim, porque ela ensina muito bem, e explica também muito bem, por isso que eu gosto dela e também da explicação dela”* (aluno D). *“Muito, porque ela com sua forma de se relacionar com os alunos, deixa agente mais a vontade para tirar as dúvidas que surgem”* (aluno E). *“Com certeza, porque ela permite que os alunos tirem dúvidas, não é autoritária e isso ajudar na aprendizagem”* (aluno F).

Podemos observar que esta determinada professora citada acima procura interagir de maneira afetiva com o seu alunado, passando o conteúdo de forma clara, sucinta, abrindo espaço para a retirada de dúvidas e buscando sempre um bom relacionamento com os mesmos – postura essa correta, baseada na atividade e eficiência.

De acordo com as respostas dos alunos, acredita-se que a relação com o educando deve ser firme e ao mesmo tempo harmônica, deve aproximar, conquistar, mas não pode comprometer a qualidade do desenvolvimento de uma atividade ou desencaminhar a busca pela igualdade e o respeito.

Portanto, de acordo os dados fornecidos pelos alunos, pode-se afirmar que a ligação efetiva entre professor-aluno, é imprescindível no cotidiano do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, por isso não se pode deixar de destacar algo fundamental nessa vivência do professor-aluno, que são as formas de relacionamento, a forma de como tratar e ser tratado no decorrer do reconhecimento das atividades.

Quanto ao tipo de aula que gosta, os alunos citaram: com música / vídeo, participativa. Os alunos apresentaram opiniões diversificadas sobre o ensino de História, isso denota que eles entendem o que deve ser mais interessante em se tratando de metodologia de ensino diversificada e a forma pela qual eles assimilam mais facilmente o conteúdo dado em sala de aula.

Quanto aos recursos que gosta no ensino de História, os alunos citaram: aula de campo, vídeos, livro didático, cartazes. Sobre essa visão plural dos alunos a respeito dos recursos utilizados pelo professor no ensino de História, encontra-se consenso no PCN – História (2001, p. 78), “todo material, que no acesso ao conhecimento tem a função de ser mediador na comunicação entre o professor e o aluno, pode ser considerado material didático [...], livros-manuais, apostilhas e vídeos”.

Vale salientar que esses recursos têm grande valia, uma vez que seja utilizado de maneira adequada e contextualizada, pois quando trabalhado de forma aleatória, torna-se insatisfatório. Isso podemos perceber em depoimentos advindos de um dos alunos entrevistados. Pois cita a música como diversão, e o aprendizado ficou em segundo plano.

Já tratando do tipo de avaliação, os alunos optaram por: trabalho, seminário, prova escrita, avaliação contínua e pesquisa.

Observamos quanto ao tipo de avaliação que, os alunos afirmaram a preferência mais por trabalho, dessa forma, observa-se que a prova escrita foi citada pela minoria. Com isso subentende-se uma tendência de modificação nos parâmetros avaliativos, flexibilizando-se o antigo sistema de avaliar o conhecimento do aluno apenas pelo recurso de prova escrita, priorizando-se além da dominada escrita, a pesquisa e a oralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de uma das exigências para a conclusão do curso de graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a pesquisa realizada foi de fundamental importância no sentido de fornecer um maior aprimoramento do tema abordado frente ao problema levantado, assim como, pela construção de um espaço que poderá propiciar a sociedade em geral, reflexões necessárias de serem realizadas para oferecer um ensino de História de qualidade.

Este trabalho buscou junto aos professores de História e alunos do município de Alagoa Nova-PB, compreender a concepção de ensino de História para esses sujeitos.

Portanto, de acordo com os dados fornecidos pelos sujeitos, podemos afirmar que a concepção de ensino de História que eles têm é aquela que possibilita a construção do conhecimento a partir de uma boa estruturação escolar, professores com formação na área específica, metodologias e recursos pertinentes à realidade do alunado e alunos respeitados nas suas individualidades.

Acreditamos que é através da formação e empenho do professor de História que se constrói um conhecimento afetivo, hábitos e habilidades onde o educador necessita compreender os aspectos da personalidade de seus alunos, desejos, preocupações e valores.

A qualidade do ensino de História é na verdade o elemento de maior influência na formação do nosso caráter, sendo assim, cabe ao professor se conscientizar de sua metodologia aplicada em sala de aula, de seus conhecimentos e limitações para compreender melhor o aluno tanto no contexto educativo como no social, pois o aluno, sendo um ser ativo, todo conhecimento deve estar baseado na ação desse sujeito em transformação.

Por fim, acreditamos que o presente estudo conseguiu elencar importantes questões que necessitavam ser discutidas no que se refere à afetividade na relação professor-aluno no ensino de História.

Entretanto, este trabalho se configura como uma pequena colaboração na compreensão desta temática, necessitando-se aumentar mais estudos na área para que com a expansão científica deste debate sejam propiciadas discussões e reflexões bem mais amplas, que possam fomentar a realização de futuras pesquisas na área.

Referências Bibliográficas

BOGDAN, R, BIKLEN, S. **investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BITTENCOURT, C. (org.). **O saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997. – (Repensando o ensino).

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COVEY, S. **Os 7 hábitos das pessoas mais eficazes**. Trad. Celso Nogueira. 28 ed. São Paulo: Editora Best Selle, 1989.

FONSECA, S. G. **Caminhos da História ensinada**. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

FONSECA, T. N. de. **História & Ensino de História**. 2ª ed. 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE P. **Educação como prática de liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **P. Professora sim, tia não**. 9ª Ed. São Paulo: Olho D água, 1988.

FREIRE, P, SCHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**: 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIL. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 1997.

- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KRAMER, S. **Com pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática,
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.
- MORENO, C. I. **Educar em valores**. São Paulo: Paulinas, 2001.
- PIAGET, J. et al. **Teorias psicogenéticas em discussão** / Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Sammus, 1992.
- PIMENTEL, L. **Noções de Psicologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- WALLON, H. **uma concepção dialética do desenvolvimento infantil** / Isabel Galvão. Petrópolis -RJ: Vozes, 1995.

ANEXOS

APÊNDICE



Questionário aplicado com os professores

Identificação

Formação:

Instituição que fez a graduação:

Série que leciona:

Tempo de serviço:

1. Em que medida os conhecimentos adquiridos na universidade lhe auxilia no cotidiano na sala de aula (metodologia, conteúdos, teorias de História)?
2. Quais as dificuldades no ensino de História?
3. Na sua opinião, quais são os fatores que contribuem para o sucesso do ensino de História?
4. As relações em sala de aula entre professor/aluno influem no ensino e aprendizagem de História?
5. Como ocorrem as relações entre você professor (a) e seus alunos na aula de História?
6. Que tipo de aula você gosta de aplicar?
7. Quais recursos você gosta de utilizar no ensino de História?
8. Qual crítica você faz ao curso de História?
9. O que você acha do curso de História da UFCG?
10. Qual sugestão você dar para melhorar o curso de História?

Questionário aplicado com os alunos

1. Disciplina que mais gosta? Por quê?
2. Disciplina que menos gosta? Por quê?
3. O que você entende do ensino de História?
4. O que você gosta de estudar em História?
5. A forma como seu professor de História se relaciona com os alunos ajuda na aprendizagem da disciplina? Por quê?
6. Qual tipo de aula você gosta?
7. Quais recursos você gosta no ensino de História?
8. Qual tipo de avaliação você gosta?